



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88015-130 – Fone: (48) 3251-3700 – www.tre-sc.jus.br

PREGÃO N. 039/2018

(PAE n. 5.716/2018)

O **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA**, por meio da Coordenadoria de Julgamento de Licitações, conforme art. 45, inciso IV, da Resolução TRESA n. 7.930, de 9 de dezembro de 2015, atendendo à solicitação da Coordenadoria de Infraestrutura e Serviços, comunica aos interessados que fará realizar **PREGÃO ELETRÔNICO** visando ao **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição e instalação de persianas verticais nos imóveis ocupados pelo TRESA no Estado de Santa Catarina.

A proposta deverá ser registrada no sistema COMPRASNET, por meio do *site* www.comprasgovernamentais.gov.br (UASG 070020), até o horário da abertura da Sessão Eletrônica, que se dará no dia **28 de maio de 2018, às 14 horas**, no mesmo *site*.

A licitação será do tipo MENOR PREÇO, consoante as condições estatuídas neste Edital e será regida pelas Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, pelos Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, 8.538, de 6 de outubro de 2015, 7.892, de 23 de janeiro de 2013, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e pela Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 2, de 11 de outubro de 2010.

I. DO OBJETO

1.1. As especificações do objeto deste Pregão Eletrônico constam no ANEXO I, que integra o presente Edital, independentemente de transcrição.

1.1.1. Na hipótese de haver diferença entre a descrição registrada no Sistema Comprasnet (www.comprasgovernamentais.gov.br) e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital, deverão ser consideradas as do Edital.

1.1.2. O prazo de validade do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.

1.2. O TRESA não se obriga a adquirir item cotado pelo licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO I, podendo até realizar licitação específica para adquiri-lo, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/1993 e art. 16 do Decreto n. 7.892/2013.

II. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1. A presente licitação é destinada, **exclusivamente**, à participação de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, nos termos da Lei Complementar n. 123/2006, alterada pela Lei Complementar n. 147/2014, e da Lei n. 11.488/2007.

2.1.1. A empresa deverá providenciar o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, se assim desejar, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

2.1.2. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos no Decreto n. 8.538/2015.

2.2. Poderão participar desta licitação as empresas que:

2.2.1. Estejam credenciadas na Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br, órgão gestor do Sistema Eletrônico "Comprasnet".

2.2.2. Manifestarem, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que estão cientes e de acordo com as condições contidas neste Edital, bem como que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos neste instrumento convocatório.

2.2.2.1. A existência de restrição relativa à regularidade fiscal não impede que a declaração de que trata o subitem 2.2.2 seja firmada, aplicando-se, nesta hipótese, na fase de habilitação, o disposto no subitem 8.4 deste Edital.

2.2.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa ou ao direito de preferência sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital, ressalvado o disposto no subitem 2.2.2.1.

2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo o TRESA, em nenhum caso, responsável por eles, inclusive pelas transações que forem efetuadas em nome do licitante no Sistema Eletrônico.

2.3.1. O TRESA não se responsabilizará por eventual desconexão no Sistema Eletrônico.

2.4. Fica vedada a participação, nesta licitação, de empresa que possua, entre seus sócios, servidor ou dirigente do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, em observância ao disposto no art. 9º, inciso III, da Lei n. 8.666/1993.

2.5. O licitante que desistir do certame, deixando de enviar amostra ou qualquer documentação solicitada, seja referente à fase de aceitação de proposta ou à fase de habilitação, terá sua proposta desclassificada ou será inabilitado, conforme o caso, e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

2.5.1. Configura desistência do certame, para os fins do disposto no subitem 2.5, a solicitação de exclusão da proposta apresentada ou do lance ofertado.

III. DO CREDENCIAMENTO PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Para participar da presente licitação, o licitante deverá se credenciar no Sistema "Pregão Eletrônico", por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O credenciamento dar-se-á após a atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico.

3.3. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.4. O uso da senha de acesso ao Sistema Eletrônico é de exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao TRESA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou do seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV. DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA

4.1. Os licitantes deverão encaminhar proposta exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informadas no preâmbulo deste Edital.

4.1.1. Até a abertura da Sessão Eletrônica, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.1.2. A manutenção de proposta até a data de abertura da Sessão Eletrônica implica obrigatoriedade de cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o licitante, caso vencedor, o compromisso de executar o objeto conforme especificações e exigências deste Edital.

4.2. Deverá constar da proposta:

a) no campo “preço”: **o preço, no VALOR POR m² (metro quadrado) INSTALADO;**

b) no campo “marca”: **a MARCA do produto cotado, sem alternativa;**

c) no campo “modelo/versão”: **o MODELO / CÓDIGO / REFERÊNCIA do produto cotado, se houver, sem alternativas;**

d) no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”: o detalhamento do objeto, quando couber, sem alternativas; e

e) em campo próprio do sistema: a capacidade de fornecimento, que deverá ser igual à quantidade máxima estimada, constante no ANEXO I.

4.2.1. Entenda-se como MODELO, CÓDIGO ou REFERÊNCIA a denominação adotada pelo fabricante para individualizar o produto.

4.2.2. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, não havendo informação adicional, em atendimento à exigência do sistema, basta que a empresa declare no citado campo que **a proposta está de acordo com o Edital**.

4.2.3. Deverá ser informado, ainda, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, o prazo para garantia do objeto cotado, se superior a 5 (cinco) anos, a contar da data do recebimento definitivo pelo setor competente deste Tribunal.

4.2.3.1. Na ausência de discriminação, na proposta, do prazo a que alude o subitem 4.2.3, considerar-se-á como proposto o prazo de garantia de 5 (cinco) anos, conforme ANEXO I deste edital.

4.2.4. Não será admitida, no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, a inclusão de qualquer informação que permita identificar o autor da proposta, sob pena de desclassificação.

4.2.5. O uso da expressão “ou similar” será considerado alternativa.

4.3. No valor da proposta, deverão estar incluídos todos os impostos, taxas, fretes e demais encargos.

4.4. A validade da proposta deverá ser de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da Sessão Eletrônica.

4.5. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, os lances e demais atos praticados durante a sessão pública.

4.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua desconexão ou inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou pelo Pregoeiro.

4.7. Em caso de divergência entre o numeral em algarismos e o descrito por extenso, prevalecerá o que estiver por extenso.

V. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a Sessão na *internet*, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, no *site* www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. Após a abertura da Sessão, o Pregoeiro verificará a consonância das propostas com as especificações e condições detalhadas neste Edital.

5.2.1. A proposta que não atender às especificações do Edital será previamente desclassificada, não havendo possibilidade de oferecimento de lances.

5.2.2. Será, também, motivo de desclassificação, a apresentação de mais de uma proposta para o item cotado.

5.2.3. A desclassificação da proposta será sempre fundamentada e registrada no Sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

VI. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

6.1.1. Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo **VALOR DO m² (metro quadrado) INSTALADO**.

6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

6.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo Sistema.

6.4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.5. No transcurso da Sessão Eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do detentor do lance.

6.6. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

6.6.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após a comunicação expressa aos participantes.

6.7. A etapa de lances será encerrada mediante encaminhamento, pelo Pregoeiro, de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do prazo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema Eletrônico, findo o qual será encerrada a recepção de lances.

6.8. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, via *chat*, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

6.8.1. A negociação será realizada por meio do sistema, via *chat*, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

VII. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1. Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, o Pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta com o melhor preço, verificando a conformidade da marca e do modelo / código / referência (se for o caso) informados com as exigências contidas no ANEXO I e comparando o preço ofertado com o custo estimado informado na Planilha de Custos, constante no ANEXO II deste Edital.

7.1.1. Se o preço ofertado exceder o custo estimado constante na Planilha de Custos, o Pregoeiro negociará com o licitante, por meio do Sistema, via *chat*, visando à obtenção de proposta mais vantajosa.

7.2. Será DESCLASSIFICADA a proposta que:

a) não contenha a marca e/ou o modelo/código/referência (se for o caso) do item ofertado

ou apresente alternativa de marca e/ou de modelo/código/referência; e/ou

b) contenha vícios ou ilegalidades; e/ou

c) apresente especificações conflitantes com as exigidas no ANEXO I deste Edital; e/ou

d) mantenha valor de item superior ao estabelecido na planilha de custos constante no ANEXO II deste Edital; e/ou

e) apresente preço que seja manifestamente inexequível; e/ou

f) não atenda à diligência prevista na alínea "a" do subitem 7.4.

7.2.1. Considera-se preço manifestamente inexequível aquele que, comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos decorrentes da contratação.

7.2.2. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada, pelo Pregoeiro, diligência e adotados, entre outros, um ou mais dos seguintes procedimentos:

a) questionamento junto à proponente para a apresentação de justificativas, planilhas de composição de preços e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

b) pesquisa em órgãos públicos ou empresas privadas para verificação de contratações da mesma natureza;

c) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente; e

d) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceito ou se o licitante vencedor desatender às exigências habilitatórias previstas no Item VIII, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.4. Restando alguma dúvida quanto ao objeto proposto pelo licitante que ofertou o melhor lance, em razão das especificações, da marca e/ou do modelo/código/referência indicadas(os) na proposta, o Pregoeiro:

a) fixará prazo para que a empresa apresente amostra, catálogo ou prospecto do objeto proposto ou declaração expedida pelo fabricante de que o objeto proposto possui as características especificadas no Edital, ou, ainda, preste esclarecimentos complementares, como condição necessária para a sua aceitação; e

b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

7.4.1. Caso o licitante que ofertou o melhor lance seja o fabricante do objeto proposto, a prova de adequação das características indicadas na proposta será feita exclusivamente por meio de apresentação de amostra.

7.4.2. As amostras deverão ser retiradas pelo licitante no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de encerramento da Sessão Eletrônica.

7.4.2.1. As amostras aprovadas e não retiradas no prazo fixado neste subitem serão incorporadas ao patrimônio do TRES; já as amostras não aprovadas e não retiradas em igual prazo serão descartadas.

7.5. Após a negociação prevista no subitem 7.1.1 e aceitação do lance de menor valor, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, nos termos do Item VIII deste Edital.

VIII. DA HABILITAÇÃO

8.1. A habilitação será verificada, pelo Pregoeiro, por meio de consulta *on line* ao SICAF e análise dos itens relacionados no subitem 8.3 deste Edital.

8.1.1. Na análise da validade dos documentos de habilitação, quando existente, tomar-se-á como referência a data da abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.2. No SICAF, serão observados:

a) a regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

- b) a regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, referente:
 - b.1) às contribuições para a Previdência Social (INSS); e
 - b.2) aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- c) o Quadro de Participação Societária, para aferição do disposto no subitem 2.4;
- d) o registro de ocorrências cadastradas relativas às penalidades de suspensão de participação em licitação promovida por este Tribunal e de impedimento de licitar com a União; e
- e) a Inexistência de Débitos Trabalhistas, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.2.1. No caso de impossibilidade de acesso ao SICAF, a Sessão será suspensa e os licitantes serão intimados da data e horário do seu prosseguimento.

8.3. Para fins de habilitação, serão verificados, ainda:

- a) a declaração de que o licitante cumpre o disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conforme prescreve o inciso V do art. 27 da Lei n. 8.666/1993, acrescido pela Lei n. 9.854/1999, nos termos do Decreto n. 4.358/2002;
- b) o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio de consulta ao site www.cnj.jus.br; e
- c) o Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas, mantido pela Controladoria-Geral da União, por meio de consulta ao site www.portaltransparencia.gov.br.

8.3.1. A declaração de que trata a alínea “a” do subitem 8.3 deverá ser apresentada por meio do campo próprio no sistema Comprasnet, disponível quando do envio da proposta, até a data e hora marcadas para abertura da Sessão Eletrônica, informada no preâmbulo deste Edital.

8.4. Nos termos da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007, verificada, no SICAF, a existência de restrição relativa à regularidade fiscal da microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que tenha apresentado melhor proposta, o Pregoeiro:

- a) emitirá mensagem declarando o licitante vencedor do item, fixando prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa; e
- b) suspenderá a Sessão Eletrônica, fixando data e hora para reabertura.

8.4.1. Poderá o licitante solicitar prorrogação do prazo fixado no subitem 8.4, alínea “a”, por igual período, mediante mensagem enviada ao Pregoeiro, por meio do e-mail pregao@tre-sc.jus.br.

8.5. A não regularização da documentação nos termos do subitem 8.4 implicará:

- a) decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções a que se refere o art. 81 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993; e
- b) exame, pelo Pregoeiro, quando da reabertura da Sessão, das propostas ou lances subsequentes, na ordem de classificação, nos termos do subitem 7.3 deste Edital.

8.6. Para usufruir do benefício de prazo para regularização da documentação de que trata o subitem 8.4, a empresa deverá ter providenciado o registro de sua condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa em campo próprio do SICAF (porte da empresa) e, ainda, quando do envio eletrônico da proposta, ter optado, em campo próprio do Sistema Comprasnet, pelos benefícios da Lei Complementar n. 123/2006 e da Lei n. 11.488/2007.

IX. DA POSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DE PREÇOS

9.1. Após a fase de habilitação, será aberta a oportunidade para os demais licitantes reduzirem seus preços ao valor da(s) proposta(s) vencedora(s), visando à formação de cadastro de reserva na ata de registro de preços, conforme disposto nos arts. 10 e 11 do Decreto n. 7.892/2013.

9.1.1. Os licitantes serão convocados pelo Pregoeiro para manifestarem-se acerca do interesse na redução dos seus preços ao valor da(s) proposta(s) vencedora(s).

9.1.1.1. Aqueles que aceitarem reduzir seus preços deverão manifestar-se via *chat* no prazo de até 5 (cinco) minutos ou, a critério do Pregoeiro, encaminhar arquivo contendo sua manifestação por meio da opção "Enviar Anexo" do Sistema Comprasnet em até 30 (trinta) minutos, contados da convocação do Pregoeiro, podendo ser utilizado o modelo constante do Anexo III deste Edital.

9.1.1.2. Os licitantes convocados serão responsáveis pela integridade e pelo conteúdo dos arquivos encaminhados. Na hipótese de algum arquivo apresentar problemas quanto à descompactação, leitura ou compatibilidade, será reaberta pelo Pregoeiro a convocação pelo sistema, dispondo o licitante do prazo remanescente àquele inicialmente concedido para proceder ao reenvio do arquivo, livre das circunstâncias que impediram sua leitura e impressão.

9.1.1.3. O não envio da manifestação de que trata o subitem 9.1.1, dentro do prazo estabelecido, configurará o desinteresse do licitante em compor o(s) cadastro(s) de reserva na(s) ata(s) de registro de preços advinda(s) deste pregão.

9.2. Os licitantes que aceitarem a redução terão suas propostas analisadas pelo Pregoeiro quanto à conformidade do produto cotado com as especificações do objeto licitado, para fins de formação do cadastro reserva.

9.3. A apresentação de novos preços, na forma do subitem 9.1, não prejudicará o resultado do certame em relação ao(s) licitante(s) vencedor(es).

9.4. Havendo mais de um licitante na situação prevista no subitem 9.1, as propostas serão classificadas pelo Pregoeiro, mediante registro na ata dos trabalhos, segundo a ordem da última proposta apresentada na fase competitiva.

9.5. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva a que se refere o subitem 9.1 será efetuada na hipótese prevista no parágrafo único do art. 13 do Decreto n. 7.892/2013 e quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 desse mesmo Decreto.

9.6. O procedimento previsto neste item será observado até a completa adequação do Sistema Comprasnet ao Decreto n. 7.892/2013.

X. DOS RECURSOS E DA ADJUDICAÇÃO

10.1. Efetuada a habilitação em cada item deste certame, o sistema informará aos licitantes, de forma automática, a abertura do prazo de intenção de recurso.

10.1.1. Encerrada a fase de habilitação, qualquer licitante participante de qualquer um dos itens licitados poderá, ainda, dentro do prazo final de 20 (vinte) minutos, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

10.1.2. Tendo o recorrente apresentado as razões do recurso no primeiro ou segundo dias do prazo que lhe cabe, o Pregoeiro poderá antecipar o início da contagem do prazo de 3 (três) dias para os demais licitantes apresentarem contrarrazões.

10.1.3. Na hipótese de concessão de prazo para a regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa que tenha apresentado melhor proposta, a etapa recursal será aberta por ocasião da retomada da Sessão prevista no subitem 8.4, alínea "b".

10.2. O Pregoeiro terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apreciar o recurso, reconsiderando a sua decisão ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo ao Secretário de Administração e Orçamento, devidamente informado, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.2.1. No caso de interposição de recurso, após proferida a decisão quanto a ele, será o resultado da licitação submetido à autoridade competente, para os procedimentos de adjudicação e homologação, oportunidade em que determinará a lavratura da Ata de Registro de Preços.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 10.1.1, importará a decadência desse direito, ficando o Pregoeiro autorizado a ADJUDICAR o objeto deste certame, **POR ITEM**, ao licitante declarado vencedor, submetendo-o à homologação pela autoridade competente deste Tribunal, que determinará a lavratura da Ata de Registro de Preços.

XI. DAS PENALIDADES E SEUS RECURSOS

11.1. Se o licitante vencedor descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

11.2. O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não manter a proposta; e
- h) não entregar a amostra de produto ofertado.

11.2.1. Para os fins do contido na alínea “d” do subitem 11.2, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

11.3. Para os casos não previstos no subitem 11.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

11.3.1. As sanções estabelecidas no subitem 11.2 e na alínea “e” do subitem 11.3 são de competência do Presidente do TRESA.

11.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços de instalação sujeitará o licitante, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

11.4.1. Relativamente ao subitem 11.4, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução contratual.

11.5. Da aplicação das penalidades previstas nos subitens 11.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 11.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data da intimação.

11.5.1. Os recursos serão dirigidos ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, o qual poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-los, devidamente informados, ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

11.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e” do subitem 11.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

XII. DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

12.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Elemento de Despesa – Equipamentos e Material Permanente, Subitem 51 – Peças Não Incorporáveis a Imóveis.

XIII. DAS OBRIGAÇÕES DO VENCEDOR

13.1. O licitante vencedor ficará obrigado a assinar a Ata de Registro de Preços e, ainda:

13.1.1. durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, fornecer a quantidade indicada no Contrato, devidamente assinado pelos representantes do TRESA;

13.1.2. a empresa contratada deverá visitar o local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto;

13.1.3. entregar e instalar os produtos no local indicado no Projeto Básico, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pelo licitante vencedor, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA;

13.1.3.1. os serviços serão conferidos pelo Fiscal do Contrato. Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir o produto e/ou refazer o serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, da notificação emitida pelo TRESA;

13.1.4. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição do produto e/ou refazimento do serviço, de que trata o item 13.1.3.1, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

13.1.5. correrão à conta do licitante vencedor todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço, conforme previsto no item 13.1.3.1;

13.1.6. empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços;

13.1.7. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;

13.1.8. manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18;

13.1.9. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

13.1.10. fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;

13.1.11. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem;

13.1.12. prestar garantia do objeto pelo período indicado na proposta ou, na sua ausência, pelo prazo a que se refere o subitem 4.2.3.1 deste Edital, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESA;

13.1.13. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESA; e

13.1.14. manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

XIV. DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento será feito em favor do licitante vencedor, mediante depósito bancário, após a entrega do objeto, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, que será conferida e atestada pelo setor competente, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

14.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

14.1.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total for superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

14.2. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

14.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

14.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro de 2012, o TRESA efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESA os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

14.5. Se ocorrer atraso de pagamento provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/100/365dias).

I = 0,0001644.

XV. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, será celebrada Ata de Registro de Preços, que firmará o compromisso para futura contratação entre as partes, com validade de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura da Ata.

15.1.2. Será incluído na respectiva Ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência de classificação do certame, conforme termos constantes da ata da sessão pública, com a finalidade de se formar um cadastro de reserva.

15.2. A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de convocação para sua assinatura.

15.2.1. A recusa do licitante vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo previsto sujeitará o licitante às penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

15.3. Sempre que o licitante vencedor não atender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços, será facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes consignados no cadastro de reserva, na ordem de classificação, ou revogar o item específico ou a licitação.

15.4. Na hipótese de inadimplemento contratual ou cancelamento do registro do primeiro colocado, a Administração poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva para, na ordem de sua classificação e observadas as condições de habilitação, registrarem preços, assinando a Ata de Registro de Preços.

XVI. DA SOLICITAÇÃO DE FORNECIMENTO

16.1. O TRESP fará as aquisições mediante assinatura de Contrato.

XVII. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

17.1. O TRESP poderá cancelar o Registro de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas no Item XI deste Edital, em qualquer dos casos a seguir especificados, assegurado o contraditório e a ampla defesa:

I - quando a Administração tiver presentes razões de interesse público; ou

II - quando o fornecedor:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

c) não aceitar o recebimento da nota de empenho ou do instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 87 da Lei n. 8.666/ 1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

XVIII. DA VARIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

18.1. O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis até o término da vigência da Ata, fixada no subitem 15.1.

18.2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

18.2.1. Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar ao TRESP a variação dos valores, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

18.2.2. Caso a empresa já tenha recebido a nota de empenho respectiva, para a entrega do produto, e a empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado.

18.3. O TRESP terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

18.3.1. Durante esse período a empresa deverá efetuar as entregas dos pedidos pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo TRESP. Nesse caso, o TRESP procederá ao reforço dos valores pertinentes aos materiais empenhados após o pedido de revisão.

18.3.2. A empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido

de revisão seja julgado improcedente.

XIX. DO CONTRATO

19.1. O contrato que advier do registro de preços objeto da presente licitação terá suas cláusulas e condições reguladas pelas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e pelo Decreto n. 5.450/2005.

19.2. Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelo licitante vencedor que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste Pregão e respectiva Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

19.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, no prazo de 3 (três) dias úteis, sem justificativa por escrito aceita pelo Secretário de Administração e Orçamento, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, registrar preço, assinando a respectiva ata e celebrar o contrato.

19.3.1. Nesse caso, sujeita-se, o licitante vencedor, às penalidades aludidas no Item XI deste Edital.

19.4. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será aplicada a regra prevista no subitem 15.3.

19.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração, especialmente designado, na forma do artigo 67 da Lei n. 8.666/1993.

XX. DA RESCISÃO

20.1. O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

20.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea "c" do subitem 11.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "d" ou "e" do subitem 11.3.

XXI. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1. O Contratante se obriga a promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, ou seu superior imediato, (referente à fiscalização das persianas nos imóveis do Prédio-Sede, Anexos, Depósito de Urnas e Almoxarifado); e de Chefe de Cartório ou seu substituto (referente à fiscalização das persianas nos imóveis dos Cartórios) a gestão de eventuais contratações, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, que poderá, ainda, sanar eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por meio do telefone (48) 3251-3700, ramais 3770, 3818 ou 3750.

21.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico e na documentação relativa ao certame.

21.3. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/1993, nos termos do art. 12, § 1º, do Decreto n. 7.892/2013.

21.4. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da Sessão Eletrônica, exclusivamente para o endereço eletrônico pregao@tre-sc.jus.br, conforme art. 19 do Decreto n. 5.450/2005.

21.6. O Pregoeiro, durante a Sessão Pública, não efetuará qualquer contato com os

licitantes que não seja no âmbito do Sistema Eletrônico “Comprasnet”.

Florianópolis, 11 de maio de 2018.

Heloísa Helena Bastos Silva Lübke
Coordenadora de Julgamento de Licitações

PREGÃO N. 039/2018

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ARP n. _____/2018

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC, resolve, nos termos da Lei n. 8.666/1993 e do Decreto n. 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão n. 039/2018, REGISTRAR OS PREÇOS para eventual aquisição de persianas verticais em imóveis ocupados pelo TRESA no Estado de Santa Catarina, conforme descrito no ANEXO I, do Edital Convocatório do Pregão n. 039/2018, da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, sediada na _____, telefone _____, e-mail _____, neste ato representada pelo(a) Senhor(a) _____, residente _____ e inscrito no CPF sob o n. _____.

1.1. Fica(m) registrado(s) para a(s) região(ões) abaixo especificada(s) o(s) seguinte(s) preço(s), referente(s) ao fornecimento e à instalação de persianas verticais em PVC, marca _____, modelo _____, com os requisitos técnicos a seguir:

- a) Persianas verticais em PVC, na cor branca;
- b) Sincronização automática e giro de 180º das lâminas;
- c) Lâminas de 90 mm (noventa milímetros) de largura;
- d) Trilhos em alumínio anodizado, com pintura na cor branca, de seção 4,5 cm (quatro vírgula cinco centímetros) de largura por 3,5cm (três vírgula cinco centímetros) de altura;
- e) Correntes de base em PVC tipo bola;
- f) Comandos em nylon e PVC;
- g) Carrinhos de polipropileno.

• **ITEM 1 - REGIÃO 1**

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Balneário Camboriú	56ª	Rua 2850, n. 470, Ed. San Salvatore - Centro	Leonardo Marcelino de Godoy 47 3367 4526
Biguaçu	2ª	Rua Hermógenes Prazeres, n. 277 - Centro	Ellen Palma Soares 48 3243 1103
Florianópolis	12ª, 13ª, 100ª	Avenida Rio Branco, n. 797 - Centro	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
	Sede do TRESA	Rua Esteves Júnior n. 68 - Centro	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
	Anexo I	Rua Esteves Júnior n. 80 - Centro	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
	Anexo II	Rua Esteves Júnior, n.157 - Centro	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
Itajaí	16ª e 97ª	Avenida José Eugênio Muller, n.	Alexander Dorow

		406 - Centro	47 3349 2941
Itapema	91ª	Avenida Nereu Ramos, n. 1180 - Centro	Carlos Eduardo de Andrade 47 3268 0605
Palhoça	24ª	Rua Najla Carone Guedert, n. 951 - Pagani	Norton Lisboa Lemos 48 3242 4528
Santo Amaro da Imperatriz	67ª	Rua Pedro Mansur Elias, n. 25, Sala 01 - Centro	Carlos Eduardo Justen 48 3245 1885
São João Batista	53ª	Rua Narciso Cim, 92, Térreo-Centro	Genésio Dalla Costa 48 3265 0459
São José	29ª e 84ª	Avenida Beira Mar, s/n, esq. com Rua Luiz Fagundes - Praia Comprida	Laís Nunes Pedroso 48 3259 7187 Karina Bittencourt 48 3259 6932
	Depósito de Urnas	Rua Francisco Pedro Machado, S/nº - Conab, Próximo Ao Ceasa, 88117-402	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
	Almoxarifado	Rua Roberto Leal, n. 975 - Barreiros- São José SC	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
Tijucas	31ª	Rua Florianópolis, n. 106, Sala 2 - Centro	Karina Feldberg Bonfim 48 3263 0698

QUANTIDADE ESTIMADA: 200 m² (duzentos metros quadrados).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ _____ (_____).

E/OU

• **ITEM 2 - REGIÃO 2**

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Barra Velha	Posto de Atendimento	Rua Plácido Gomes de Oliveira, n. 8 - Centro	Milene Guadanhin Chamma Possamai 47 3345 1155
Blumenau	3ª e 88ª	Praça Victor Konder, n. 60 (Térreo Fórum) - Centro	Ana Rosa Albiero da Silva 47 3326 4850 Ricardo de Souza 47 3329 1999
Brusque	5ª e 86ª	Rua Humberto Mattioli, n. 78 - Centro	Carlos José Ronconi Neiva Peixoto 47 3396 6215 Guilherme Capistrano Benedet 47 3355 6532
Gaspar	64ª	Rua Jackceia de Andrade, n. 66	João Paulo de Sousa Panini 47 3332 1256
Guaramirim	60ª	Rua 28 de Agosto, n. 2000 - Centro	Griselda Cláudia Curi Mafra 47 3373 0243
Indaial	15ª	Rua Marechal Floriano Peixoto, n. 35, Edifício Menke, loja 10 - Centro	João José Sagaz Neto 47 3333 3011
Jaraguá do Sul	17ª e 87ª	Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, n. 1188, Ed. Marcatto Center, sala 103 - Centro	Eduardo Leitis Arbigaus 47 3275 1183 Ricardo André dos Santos 47 3275 1819
Joinville	19ª, 76ª, 95,	Rua Jaguaruna, 38 - Centro	Sílvia Maria de Ornelas

	96 ^a e 105 ^a		Marques 47 3433 7023 Paulo Cesar Ribeiro 47 3433 9355 Iranel Moraes 47 3433 8671 Tatiana Ré Langaro 47 3422 1354 Juliana Teixeira Warmling 47 3433 6433
Piçarras	68 ^a	Avenida Getúlio Vargas n. 123 – Centro	Milene Guadanhin Chamma Possamai 47 3345 1155
Pomerode	55 ^a	Rua XV de Novembro, n. 700, Fórum - Centro	Rafael Leon Menezes Sanches 47 3387 1367
Rio Negrinho	74 ^a	Rua Prefeito Hugo Fischer, n. 242, sala 2 - Bela Vista	Manassés Vilarim de Andrade 47 3644 1838
São Bento do Sul	30 ^a	Rua Henrique Schwarz, n. 554, Sala 4 - Centro	Elizabeth Faé Dresch Nogueira 47 3633 4236
São Francisco do Sul	27 ^a	Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 301 – Centro	Fabício Veiga dos Santos 47 3444 1355
Timbó	32 ^a	Travessa Heinrich Eilers, n. 172 - Centro	Melissa Puertas Gutierrez Costa 47 3382 2837

QUANTIDADE ESTIMADA: 200 m² (duzentos metros quadrados).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ _____ (_____).

E/OU

• **ITEM 3 - REGIÃO 3**

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Araranguá	1 ^a	Avenida Coronel João Fernandes, n. 1234 - Urussanguinha	Joanna Silveira Mendes de Oliveira 48 3524 0494
Braço do Norte	44 ^a	Rua Bernardo Locks, n. 148, sala 208 - Centro	Denise Silva de Sousa de Amorim 48 3658 4123
Criciúma	10 ^a , 92 ^a e 98 ^a	Avenida Getúlio Vargas, n. 361 - Palácio do Estado – Centro	Caroline Dal Bó Freccia 48 3433 1347 José Reus Antônio 48 34382502 Raphael da Costa Guimarães 48 34373575
Içara	79 ^a	Rua Vitória, n. 201 - Centro	Marcos Antônio da Silva Moraes 48 3432 3174
Imaruí	62 ^a	Rua Antônio Bittencourt	Roni Fortunato Martins

		Capanema, s/n. - Centro	48 3643 0134
Imbituba	73ª	Avenida Santa Catarina, n. 186 – Centro	Denise Jardim Bortoluzzi 48 3255 1497
Laguna	20ª	Rua Coronel Fernandes Martins, n. 470 - Centro Executivo Mileniu	Deborah Maria de Araújo Trajano 48 3644 0703
Orleans	23ª	Rua Antônio da Silva Cascaes n. 520 - Centro	Fábio Mendes dos Santos 48 3466 1880
Sombrio	54ª	Rua Santo Antônio, n. 204 - Centro	Macheli Dall'oglio 48 3533 0801
Tubarão	33ª e 99ª	Avenida Marcolino Martins Cabral, n. 1315, Ed. Comercial – Centro	Gustavo André Battistella Zmuda 48 3626 6227 Ricardo Leonetti de Oliveira 48 36267120
Turvo	42ª	Rua Afonso Colodel, n. 19, sala 02, Edifício América - Bairro Cidade Alta	Douglas Salém 48 3525 0956
Urussanga	34ª	Rua Vidal Ramos, n. 159, Ed. Belas Artes, sala 1 - Centro	Isabel Anacleto Placido 48 3465 3530

QUANTIDADE ESTIMADA: 200 m² (duzentos metros quadrados).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ _____ (_____).

E/OU

• **ITEM 4 - REGIÃO 4**

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Anita Garibaldi	52ª	Avenida Eduardo Salmoria, n. 485	Pedro Kirsten de Cordova 49 3543 0322
Bom Retiro	4ª	Rua Anita Garibaldi, n. 343, Loja 01, Térreo	Cícero Fontana da Silva 49 3277 0575
Campos Novos	7ª	Rua Coronel Farrapo, n. 428 - Centro	Arthur Otto Niebuhr 49 3541 1104
Curitibanos	11ª	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, S/n	Jeferson Fanton 49 3241 0533
Lages	21ª, 93ª e 104ª	Avenida Belizário Ramos, n. 3.800 , Edifício Lages Business Center, Bloco B - Centro	Gilmar Duarte da Luz 49 3222 8316 Marcos Cesar da Costa Duarte 49 3222 8312 Daisy Dal Farra Beck 49 3222 8317
São Joaquim	28ª	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, n.13 - Centro	Beatriz Vieira 49 3233 2088
Urubici	Posto de Atendimento	Avenida Adolfo Konder, n. 358, Sala 401 – Centro.	Cícero Fontana da Silva 49 3277 0575

QUANTIDADE ESTIMADA: 200 m² (duzentos metros quadrados).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ _____ (_____).

E/OU• **ITEM 5 - REGIÃO 5**

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Canoinhas	8ª	Rua Marechal Floriano, n. 959 - Centro	Fabiano Costa Belinski 47 3622 3793
Ibirama	14ª	Rua Getúlio Vargas, n. 560 - Centro	Jansen Ribeiro Pinto 47 3357 3522
Itaiópolis	38ª	Rua Carril Pflanze, n. 69 - Centro	Carlos Eduardo Krajevski 47 3652 2791
Ituporanga	39ª	Rua Major Generoso, n. 45, térreo - Centro	Kathryn Haut 47 3533 1605
Mafra	22ª	Avenida Coronel José Severiano Maia, n. 548 - Vila Buenos Aires	Nilton Carlos Ferreira 47 3642 5987
Papanduva	81ª	Rua Nereu Ramos, n. 2983, Salas 10 e 11	André Filipe Vieira 47 3653 2292
Porto União	25ª	Rua Matos Costa, n. 344 - Centro	Brainer Kist 42 3523 3332
Rio do Sul	26ª e 102ª	Rua Julio Roussenq Filho, n. 265 - Jardim América	Carlos Alberto Moraes 47 3521 4803 Cleidiane Sevegnani Adami 47 3521 4803
Taió	46ª	Rua Padre Eduardo, n. 600 - Padre Eduardo	Fernanda Coelho Pucci 47 3562 0198
Trombudo Central	57ª	Rua Getúlio Vargas, n. 411 - Centro	José Lori Nunes Soares Junior 47 3544 0587

QUANTIDADE ESTIMADA: 200 m² (duzentos metros quadrados).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ _____ (_____).

E/OU• **ITEM 6 - REGIÃO 6**

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Abelardo Luz	71ª	Rua Padre João de Smedt, n. 1274 - Centro	Adalberto Rodrigo Bledon 49 3445 4625
Caçador	6ª	Rua Victor Babinista Adami, n. 919, Sala 01 - Centro	Gerusa Raquel Paeze Vieceli 49 3563 0087
Capinzal	37ª	Rua Narciso Barison, n. 171 - Centro	Graciela Ramos 49 3555 2459
Chapecó	35ª e 94ª	Avenida Nereu Ramos, n. 1841-E - Centro	Jean de Oliveira 49 3323 5445 Adriana Martins Ferreira Festugatto 49 3323 5445
Concórdia	9ª e 90ª	Rua Ângelo Ari Biezu, n. 69 - Centro	Maria Márcia Menezes 49 3444 5970 Moacir Tramontin 49 3444 5970

Fraiburgo	77 ^a	Rua Albano Burguer, n. 45, Sala 03	Mauricio Merkl 49 3246 3013
Joaçaba	18 ^a e 85 ^a	Avenida XV de Novembro, n. 12, térreo, sala 02 - Centro	João Ricardo Spagnol 49 3522 1246 Simone Almeida Tenorio de Britto 49 3521 3060
Ponte Serrada	63 ^a	Avenida XV de Novembro, n. 86, Sala 2, Edifício Marafon - Centro	Leonardo Gomes Coutinho 49 3435 0004
Santa Cecília	51 ^a	Avenida Xv de Novembro S/n Esq Antonio C. de Medeiros n. 531 SI 01	Antonielee Bortolini 49 3244 1564
Seara	61 ^a	Rua Sétimo Casarotto, n. 98. Sala 2	Claudia Andreatta 49 3452 4763
Tangará	47 ^a	Avenida Irmãos Piccoli, n. 220, sala 07 - Centro	Ana Carolina Guarino Duarte da Silva Backer 49 3532 1005
Videira	36 ^a	Rua Antônio Pinto, n. 178, Ed. Themis, sala. 3	Antonio Carlos Zucolotto Júnior 49 3533 2378
Xanxerê	43 ^a	Travessa Ernesto Carmelli, n. 55, Sala - Centro	Clóvis Menegazzo Rodrigues 49 3433 5056
Xaxim	48 ^a	Rua Rio Grande, n. 653 - Centro	Marcos Correa Vieira 49 3353 1358

QUANTIDADE ESTIMADA: 200 m² (duzentos metros quadrados).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ _____ (_____).

E/OU

• **ITEM 7 - REGIÃO 7**

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Anchieta	Posto de Atendimento	Avenida Anchieta, s/n - Centro	Alex das Graças Gonçalves 49 3621 1016
Campo Erê	69 ^a	Rua Osvaldo Dário Dall Igna, n. 794, Sala 2 - Centro	Adair Gonçalves da Cunha 49 3655 1225
Cunha Porã	Posto de Atendimento	Rua Benjamin Constant, n. 972, Centro	Fátima Lourdes Burille Schneider 49 3365 3504
Dionísio Cerqueira	50 ^a	Avenida Washington Luiz, n. 775 - Centro	Talita Alves Pereira de Vêras 49 3644 0446
Itapiranga	65 ^a	Rua São Bonifácio, n. 280, Sala 01 - Centro	Bruno Lopes Marroni 49 3677 0207
Maravilha	58 ^a	Avenida Anita Garibaldi, n. 1012, Sala 01 - Centro.	Mariana Machado Piccolo Flemming 49 3664 0856
Modelo	83 ^a	Rua XV de Novembro, 476 - 89872-000	Fatima Lourdes Burille Schneider 49 3365 3504

Mondaí	Posto de Atendimento	Rua Aurora, n. 138, Fórum, Centro.	Clair Teresinha Pagel 49 3647 0539
Palmitos	41ª	Rua Visconde do Rio Branco, n. 932, Sala 2	Clair Teresinha Pagel 49 3647 0539
Pinhalzinho	66ª	Avenida Capitão Anizio, n. 1.037 - Centro	Greyce Mariana Laske Mahl 49 3366 1822
Quilombo	78ª	Av. Coronel Ernesto Bertaso, n. 1300, sala 5, Ed. Dom Victório - Centro	Najua Juma Ismail Esh Shami 49 3346 3361
São Carlos	70ª	Rua La Salle, n. 228 - Centro	Everton Hetzel 49 3325 4038
São Domingos	Posto de Atendimento	Rua Rui Barbosa, n. 325, sala 1, térreo – Centro	Orlando Carlos Almeida Vairich 49 3344 1255
São José do Cedro	Posto de Atendimento	Rua Alcides Volkweis, n. 70, Sala 2	Talita Alves Pereira de Vêras 49 3644 0446
São Lourenço do Oeste	49ª	Rua Rui Barbosa, n. 830, térreo – Centro	Orlando Carlos Almeida Vairich 49 3344 1255
São Miguel do Oeste	45ª e 82ª	Rua Marquês do Herval, n. 977	Ângelo Eidt Pasquali 49 3621 0886 Alex das Graças Gonçalves 49 3621 1016

QUANTIDADE ESTIMADA: 200 m² (duzentos metros quadrados).

PREÇO UNITÁRIO: R\$ _____ (_____).

1.2. A quantidade estimada de consumo, de que trata a subcláusula 1.1, será adquirida de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, mediante assinatura de Contrato.

1.3. As quantidades que vierem a ser adquiridas serão definidas quando do recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA.

1.4. O prazo de entrega é de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA.

1.4.1. A partir do recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA, a empresa deverá visitar o local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto.

1.5. A entrega deverá ser feita nos endereços constantes na subcláusula 1.1 da presente Ata de Registro de Preços.

1.5.1. Quando da instalação das persianas, confirmar com a Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESA o endereço atualizado do local. Não haverá mudança de município-sede.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata tem prazo de vigência por 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura.

1.8. O Contratante se obriga a promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura, ou seu substituto, ou seu superior imediato, (referente à fiscalização das persianas nos imóveis do Prédio-Sede, Anexos, Depósito

de Urnas e Almoxarifado); e de Chefe de Cartório ou seu substituto (referente à fiscalização das persianas nos imóveis dos Cartórios) a gestão de eventuais contratações, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, que poderá, ainda, sanar eventuais dúvidas com relação à execução do objeto por meio do telefone (48) 3251-3700, ramais 3770, 3818 ou 3750.

1.9. O eventual fornecimento, objeto da presente Ata de Registro de Preços, obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições do edital do Pregão n. 039/2018, além das disposições constantes da proposta apresentada pelo licitante vencedor, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste documento, no que não o contrarie.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma e data.

Florianópolis, de de 2018.

TRESC

EMPRESA

TESTEMUNHAS

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Contrato para aquisição e instalação de persianas verticais em imóveis ocupados pelo TRESA no Estado de Santa Catarina, autorizado pelo Senhor _____, Secretário de Administração e Orçamento, na fl. ____ do Procedimento Administrativo Eletrônico n. 5.716/2018 (Pregão n. 039/2018), que entre si fazem o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e a empresa _____, decorrente da Ata de Registro de Preços n. .../2018, em conformidade com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, e com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 8.538, de 6 de outubro de 2015.

Pelo presente instrumento particular, de um lado o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, órgão do Poder Judiciário da União, inscrito no CNPJ sob o n. 05.858.851/0001-93, com sede na Rua Esteves Júnior, n. 68, nesta Capital, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Secretário de Administração e Orçamento, Senhor _____, inscrito no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado em _____/SC e, de outro lado, a empresa _____, estabelecida na _____, telefone _____, e-mail _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) seu (sua) _____, Senhor(a) _____ inscrito(a) no CPF sob o n. _____, residente e domiciliado(a) _____, tem entre si ajustado Contrato para fornecimento de persianas verticais em imóveis ocupados pelo TRESA no Estado de Santa Catarina, firmado de acordo com as Leis n. 10.520, de 17 de julho de 2002, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.078, de 11 de setembro de 1990, Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei n. 11.488, de 15 de junho de 2007, com a Resolução n. 23.234, de 15 de abril de 2010, do Tribunal Superior Eleitoral, com os Decretos n. 5.450, de 31 de maio de 2005, e 8.538, de 6 de outubro de 2015, e com o Pregão n. 039/2018, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem como objeto a aquisição e instalação de persianas verticais em PVC, marca _____, modelo _____, para os locais abaixo descritos, conforme os seguintes requisitos técnicos:

- a) Persianas verticais em PVC, na cor branca;
 - b) Sincronização automática e giro de 180º das lâminas;
 - c) Lâminas de 90 mm (noventa milímetros) de largura;
 - d) Trilhos em alumínio anodizado, com pintura na cor branca, de seção 4,5 cm (quatro vírgula cinco centímetros) de largura por 3,5 cm (três vírgula cinco centímetros) de altura;
 - e) Correntes de base em PVC tipo bola;
 - f) Comandos em nylon e PVC; e
 - g) Carrinhos de polipropileno.
- **Município(s):** _____.
 - **Zona(s) Eleitoral(is):** _____.
 - **Endereço(s):** _____.
 - **Quantidade(s):** _____ m².

PARÁGRAFO ÚNICO

O fornecimento dos produtos obedecerá ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Pregão n. 039/2018, de ___/___/___, e da [Ata de Registro de Preços n. .../2018](#), além das obrigações assumidas na proposta apresentada pela Contratada em ___/___/___, por meio do sistema COMPRASNET, e dirigida ao Contratante, contendo o preço do objeto que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O Contratante pagará à Contratada, pelo fornecimento de persianas verticais descritas na cláusula primeira deste Contrato o valor de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS DE ENTREGA E DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de entrega e instalação do objeto descrito na Cláusula Primeira é de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, deste instrumento, devidamente assinado pelos representantes do TRESA.

3.2. O presente Contrato terá vigência da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado pelo setor responsável.

CLÁUSULA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

4.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, **após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura**, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

5.1.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou

b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

5.1.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total for superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

5.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.3. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura:

a) a prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS), por meio do SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao sistema, das respectivas certidões; e

b) a verificação da Certidão de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.4. Nos termos do § 4º do art. 6º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 12 de janeiro

de 2012, o TRESA efetuará consulta ao Portal do Simples Nacional para fins de verificação da condição da empresa de optante pelo Simples Nacional. Caso não seja esse o regime de tributação utilizado em suas relações comerciais, serão retidos pelo TRESA os encargos tributários atribuídos a empresas não optantes.

5.5. Se ocorrer **atraso de pagamento** provocado exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira:

I = $6/100/365$ (ou seja, taxa anual/ $100/365$ dias).

I = 0,0001644.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta do Programa de Trabalho 02.122.0570.20GP.0042 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado de SC, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Elemento de Despesa – Equipamentos e Material Permanente, Subitem 51 – Peças Não Incorporáveis a Imóveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO EMPENHO DA DESPESA

7.1. Foi emitida a Nota de Empenho n. 2018NE000_____, em ___/___/_____, no valor de R\$ _____ (_____), para a realização da despesa.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. O Contratante se obriga a:

8.1.1. estabelecer que os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, das 7 às 17 horas;

8.1.2. fixar que o material da obra deverá ser armazenado nos limites dos imóveis, em local previamente autorizado pela Fiscalização do Contrato.

8.1.3. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos nas Cláusulas Segunda e Quinta deste Contrato;

8.1.4. promover, através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura ou seu substituto (referente à fiscalização das persianas nos imóveis do Prédio-Sede, Anexos, Depósito de Urnas e Almojarifado); e de Chefe de Cartório ou seu substituto (referente à fiscalização das persianas nos imóveis dos Cartórios), a gestão deste Contrato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.5. efetuar o recebimento definitivo no prazo fixado na subcláusula 5.1.1.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada ficará obrigada a:

9.1.1. executar o objeto no prazo e demais condições estipuladas na proposta;

9.1.2. durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, fornecer a quantidade indicada neste Contrato;

9.1.3. a empresa contratada deverá visitar o local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto;

9.1.4. entregar e instalar os produtos nos locais indicados na Cláusula Primeira, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento, pela Contratada, deste contrato devidamente assinado

pelos representantes do TRESP;

9.1.4.1. os serviços serão conferidos pelo Fiscal do Contrato. Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir o produto e/ou refazer o serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, da notificação emitida pelo TRESP;

9.1.5. estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição do produto e/ou refazimento do serviço, de que trata o item 9.1.4.1, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

9.1.6. correrão à conta do licitante vencedor todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço, conforme previsto no item 9.1.4.1;

9.1.7. empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços;

9.1.8. executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;

9.1.9. manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18;

9.1.10. responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

9.1.11. fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;

9.1.12. responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem;

9.1.13. prestar garantia do objeto pelo prazo de _____ (_____) anos, a contar da data do recebimento definitivo, pelo setor competente do TRESP;

9.1.14. não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESP; e

9.1.15. manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão n. 039/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Se a Contratada descumprir as condições deste Contrato ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

10.2. O Contratado ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) apresentar documento falso;
- b) fizer declaração falsa;
- c) deixar de entregar documentação exigida na execução do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo; e
- h) cometer fraude fiscal.

10.3. Para os casos não previstos na subcláusula 10.2, poderão ser aplicadas à Contratada, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3.1. As sanções estabelecidas na subcláusula 10.2 e na alínea “e” da subcláusula 10.3 são de competência do Presidente do TRESA.

10.4. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços de instalação sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

10.4.1. Relativamente à subcláusula 10.4, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução contratual.

10.5. Da aplicação das penalidades definidas nas subcláusulas 10.3, alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, e 10.4, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação.

10.5.1. O(s) recurso(s) será(ão) dirigido(s) ao Diretor-Geral, por intermédio do Secretário de Administração e Orçamento, que poderá rever a sua decisão em 5 (cinco) dias úteis, ou, no mesmo prazo, encaminhá-lo(s), devidamente informado(s), ao Diretor-Geral, para apreciação e decisão, em igual prazo.

10.6. Da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade, prevista na alínea “e” da subcláusula 10.3, caberá pedido de reconsideração, apresentado ao Presidente do TRESA, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data da intimação do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. Este Contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8.666/1993.

11.2. Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a VIII e XVIII do artigo 78 da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a Contratada ao pagamento de multa, nos termos da alínea “c” da subcláusula 10.3, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das penalidades previstas nas alíneas “d” ou “e” da subcláusula 10.3.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Para dirimir as questões oriundas do presente Contrato, será competente o Juízo Federal da Capital do Estado de Santa Catarina.

E, para firmeza, como prova de haverem, entre si, ajustado e contratado, depois de lido e achado conforme, é firmado o presente Contrato pelas partes e pelas testemunhas abaixo, que a

tudo assistiram, dele sendo extraídas as cópias necessárias para a sua publicação e execução.

Florianópolis, ____ de _____ de 2018.

CONTRATANTE: _____

CONTRATADA: _____

TESTEMUNHAS: _____

PREGÃO N. 039/2018

ANEXO I

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Registro de preços para aquisição e instalação de persianas verticais nos imóveis ocupados pelo TRESA no Estado de Santa Catarina.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

A aquisição e instalação de persianas é motivada pela necessidade de adequação dos espaços físicos dos imóveis ocupados pelo TRESA no Estado de Santa Catarina, para a proteção e o resguardo do patrimônio público, e a fim de garantir o melhor funcionamento destas edificações.

2.2. Objetivos, Resultados Esperados e Benefícios

Espera-se que, após a execução dos serviços a serem contratados, as persianas sejam resistentes, tenham firme fixação e acabamento uniforme e durável. A garantia para materiais e serviços deverá ser de 5 anos.

2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
Objetivos Organizacionais da Gestão das Aquisições	<ul style="list-style-type: none">• Objetivo organizacional 1: implementar o processo de contratações públicas sustentáveis;• Ação 1: inserir critérios de sustentabilidade na especificação dos pedidos de contratações;• Objetivo organizacional 2: Aperfeiçoar a gestão orçamentária;• Ação 2: cumprir os prazos e executar compras dos objetos nos termos do planejamento de contratações do TRESA.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado estudo técnico preliminar, disponível no PAE 5.716/2018.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

Id.	Bem / Serviço	Demanda Prevista	Quantidade a ser contratada
1	Para todas as regiões	200 m ² (duzentos metros quadrados)	200 m ² (duzentos metros quadrados)

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Id.	Item (Bem/Serviço)
1	Aquisição e instalação de persianas verticais nos imóveis ocupados pelo TRESA no Estado de Santa Catarina.

Locais de entrega e instalação:• **ITEM 1 - REGIÃO 1**

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Balneário Camboriú	56 ^a	Rua 2850, n. 470, Ed. San Salvatore - Centro	Leonardo Marcelino de Godoy 47 3367 4526
Biguaçu	2 ^a	Rua Hermógenes Prazeres, n. 277 - Centro	Ellen Palma Soares 48 3243 1103
Florianópolis	12 ^a , 13 ^a , 100 ^a	Avenida Rio Branco, n. 797 - Centro	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
	Sede do TRESA	Rua Esteves Júnior n. 68 - Centro	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
	Anexo I	Rua Esteves Júnior n. 80 - Centro	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
	Anexo II	Rua Esteves Júnior, n.157 - Centro	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
Itajaí	16 ^a e 97 ^a	Avenida José Eugênio Muller, n. 406 - Centro	Alexander Dorow 47 3349 2941
Itapema	91 ^a	Avenida Nereu Ramos, n. 1180 - Centro	Carlos Eduardo de Andrade 47 3268 0605
Palhoça	24 ^a	Rua Najla Carone Guedert, n. 951 - Pagani	Norton Lisboa Lemos 48 3242 4528
Santo Amaro da Imperatriz	67 ^a	Rua Pedro Mansur Elias, n. 25, Sala 01 - Centro	Carlos Eduardo Justen 48 3245 1885
São João Batista	53 ^a	Rua Narciso Cim, 92, Térreo-Centro	Genésio Dalla Costa 48 3265 0459
São José	29 ^a e 84 ^a	Avenida Beira Mar, s/n, esq. com Rua Luiz Fagundes - Praia Comprida	Laís Nunes Pedrosa 48 3259 7187 Karina Bittencourt 48 3259 6932
	Depósito de Urnas	Rua Francisco Pedro Machado, S/nº - Conab, Próximo Ao Ceasa, 88117-402	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
	Almoxarifado	Rua Roberto Leal, n. 975 – Barreiros- São José SC	Seção de Engenharia e Arquitetura TRESA 48 32513700
Tijucas	31 ^a	Rua Florianópolis, n. 106, Sala 2 - Centro	Karina Feldberg Bonfim 48 3263 0698

• **ITEM 2 - REGIÃO 2**

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Barra Velha	Posto de Atendimento	Rua Plácido Gomes de Oliveira, n. 8 - Centro	Milene Guadanhin Chamma Possamai 47 3345 1155
Blumenau	3 ^a e 88 ^a	Praça Victor Konder, n. 60 (Térreo Fórum) - Centro	Ana Rosa Albiero da Silva 47 3326 4850 Ricardo de Souza

			47 3329 1999
Brusque	5ª e 86ª	Rua Humberto Mattioli, n. 78 - Centro	Carlos José Ronconi Neiva Peixoto 47 3396 6215 Guilherme Capistrano Benedet 47 3355 6532
Gaspar	64ª	Rua Jackceia de Andrade, n. 66	João Paulo de Sousa Panini 47 3332 1256
Guaramirim	60ª	Rua 28 de Agosto, n. 2000 - Centro	Griselda Cláudia Curi Mafra 47 3373 0243
Indaial	15ª	Rua Marechal Floriano Peixoto, n. 35, Edifício Menke, loja 10 - Centro	João José Sagaz Neto 47 3333 3011
Jaraguá do Sul	17ª e 87ª	Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, n. 1188, Ed. Marcatto Center, sala 103 - Centro	Eduardo Leitis Arbigaus 47 3275 1183 Ricardo André dos Santos 47 3275 1819
Joinville	19ª, 76ª, 95, 96ª e 105ª	Rua Jaguaruna, 38 - Centro	Sílvia Maria de Ornelas Marques 47 3433 7023 Paulo Cesar Ribeiro 47 3433 9355 Iranel Moraes 47 3433 8671 Tatiana Ré Langaro 47 3422 1354 Juliana Teixeira Warmling 47 3433 6433
Piçarras	68ª	Avenida Getúlio Vargas n. 123 – Centro	Milene Guadanhin Chamma Possamai 47 3345 1155
Pomerode	55ª	Rua XV de Novembro, n. 700, Fórum - Centro	Rafael Leon Menezes Sanches 47 3387 1367
Rio Negrinho	74ª	Rua Prefeito Hugo Fischer, n. 242, sala 2 - Bela Vista	Manassés Vilarim de Andrade 47 3644 1838
São Bento do Sul	30ª	Rua Henrique Schwarz, n. 554, Sala 4 - Centro	Elizabeth Faé Dresch Nogueira 47 3633 4236
São Francisco do Sul	27ª	Rua Barão do Rio Branco, n. 377, Sala 301 – Centro	Fabício Veiga dos Santos 47 3444 1355
Timbó	32ª	Travessa Heinrich Eilers, n. 172 - Centro	Melissa Puertas Gutierrez Costa 47 3382 2837

• ITEM 3 - REGIÃO 3

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Araranguá	1ª	Avenida Coronel João Fernandes, n. 1234 - Urussanguinha	Joanna Silveira Mendes de Oliveira 48 3524 0494
Braço do Norte	44ª	Rua Bernardo Locks, n. 148, sala 208 - Centro	Denise Silva de Sousa de

			Amorim 48 3658 4123
Criciúma	10 ^a , 92 ^a e 98 ^a	Avenida Getúlio Vargas, n. 361 - Palácio do Estado – Centro	Caroline Dal Bó Freccia 48 3433 1347 José Reus Antônio 48 34382502 Raphael da Costa Guimarães 48 34373575
Içara	79 ^a	Rua Vitória, n. 201 - Centro	Marcos Antônio da Silva Moraes 48 3432 3174
Imaruí	62 ^a	Rua Antônio Bittencourt Capanema, s/n. - Centro	Roni Fortunato Martins 48 3643 0134
Imbituba	73 ^a	Avenida Santa Catarina, n. 186 – Centro	Denise Jardim Bortoluzzi 48 3255 1497
Laguna	20 ^a	Rua Coronel Fernandes Martins, n. 470 - Centro Executivo Mileniu	Deborah Maria de Araújo Trajano 48 3644 0703
Orleans	23 ^a	Rua Antônio da Silva Cascaes n. 520 - Centro	Fábio Mendes dos Santos 48 3466 1880
Sombrio	54 ^a	Rua Santo Antônio, n. 204 - Centro	Macheli Dall'oglio 48 3533 0801
Tubarão	33 ^a e 99 ^a	Avenida Marcolino Martins Cabral, n. 1315, Ed. Comercial – Centro	Gustavo André Battistella Zmuda 48 3626 6227 Ricardo Leonetti de Oliveira 48 36267120
Turvo	42 ^a	Rua Afonso Colodel, n. 19, sala 02, Edifício América - Bairro Cidade Alta	Douglas Salém 48 3525 0956
Urussanga	34 ^a	Rua Vidal Ramos, n. 159, Ed. Belas Artes, sala 1 - Centro	Isabel Anacleto Placido 48 3465 3530

• ITEM 4 - REGIÃO 4

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Anita Garibaldi	52 ^a	Avenida Eduardo Salmoria, n. 485	Pedro Kirsten de Cordova 49 3543 0322
Bom Retiro	4 ^a	Rua Anita Garibaldi, n. 343, Loja 01, Térreo	Cícero Fontana da Silva 49 3277 0575
Campos Novos	7 ^a	Rua Coronel Farrapo, n. 428 - Centro	Arthur Otto Niebuhr 49 3541 1104
Curitibanos	11 ^a	Avenida Advogado Sebastiao Calomeno, S/n	Jeferson Fanton 49 3241 0533
Lages	21 ^a , 93 ^a e 104 ^a	Avenida Belizário Ramos, n. 3.800 , Edifício Lages Business Center, Bloco B - Centro	Gilmar Duarte da Luz 49 3222 8316 Marcos Cesar da Costa Duarte 49 3222 8312

			Daisy Dal Farra Beck 49 3222 8317
São Joaquim	28ª	Rua Boanerges Pereira de Medeiros, n.13 - Centro	Beatriz Vieira 49 3233 2088
Urubici	Posto de Atendimento	Avenida Adolfo Konder, n. 358, Sala 401 – Centro.	Cícero Fontana da Silva 49 3277 0575

• ITEM 5 - REGIÃO 5

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Canoinhas	8ª	Rua Marechal Floriano, n. 959 - Centro	Fabiano Costa Belinski 47 3622 3793
Ibirama	14ª	Rua Getúlio Vargas, n. 560 - Centro	Jansen Ribeiro Pinto 47 3357 3522
Itaiópolis	38ª	Rua Carril Pflanzler, n. 69 - Centro	Carlos Eduardo Krajevski 47 3652 2791
Ituporanga	39ª	Rua Major Generoso, n. 45, térreo - Centro	Kathryn Haut 47 3533 1605
Mafra	22ª	Avenida Coronel José Severiano Maia, n. 548 - Vila Buenos Aires	Nilton Carlos Ferreira 47 3642 5987
Papanduva	81ª	Rua Nereu Ramos, n. 2983, Salas 10 e 11	André Filippe Vieira 47 3653 2292
Porto União	25ª	Rua Matos Costa, n. 344 - Centro	Brainer Kist 42 3523 3332
Rio do Sul	26ª e 102ª	Rua Julio Roussenq Filho, n. 265 - Jardim América	Carlos Alberto Moraes 47 3521 4803 Cleidiane Sevegnani Adami 47 3521 4803
Taió	46ª	Rua Padre Eduardo, n. 600 - Padre Eduardo	Fernanda Coelho Pucci 47 3562 0198
Trombudo Central	57ª	Rua Getúlio Vargas, n. 411 - Centro	José Lori Nunes Soares Junior 47 3544 0587

• ITEM 6 - REGIÃO 6

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Abelardo Luz	71ª	Rua Padre João de Smedt, n. 1274 - Centro	Adalberto Rodrigo Bledon 49 3445 4625
Caçador	6ª	Rua Victor Babtista Adami, n. 919, Sala 01 - Centro	Gerusa Raquel Paeze Vieceli 49 3563 0087
Capinzal	37ª	Rua Narciso Barison, n. 171 - Centro	Graciela Ramos 49 3555 2459
Chapecó	35ª e 94ª	Avenida Nereu Ramos, n. 1841-E - Centro	Jean de Oliveira 49 3323 5445 Adriana Martins Ferreira Festugatto 49 3323 5445
Concórdia	9ª e 90ª	Rua Ângelo Ari Biezus, n. 69 - Centro	Maria Márcia Menezes 49 3444 5970 Moacir Tramontin 49 3444 5970

Fraiburgo	77 ^a	Rua Albano Burguer, n. 45, Sala 03	Mauricio Merkl 49 3246 3013
Joaçaba	18 ^a e 85 ^a	Avenida XV de Novembro, n. 12, térreo, sala 02 - Centro	João Ricardo Spagnol 49 3522 1246 Simone Almeida Tenorio de Britto 49 3521 3060
Ponte Serrada	63 ^a	Avenida XV de Novembro, n. 86, Sala 2, Edifício Marafon - Centro	Leonardo Gomes Coutinho 49 3435 0004
Santa Cecília	51 ^a	Avenida Xv de Novembro S/n Esq Antonio C. de Medeiros n. 531 SI 01	Antonieie Bortolini 49 3244 1564
Seara	61 ^a	Rua Sétimo Casarotto, n. 98. Sala 2	Claudia Andreatta 49 3452 4763
Tangará	47 ^a	Avenida Irmãos Piccoli, n. 220, sala 07 - Centro	Ana Carolina Guarino Duarte da Silva Backer 49 3532 1005
Videira	36 ^a	Rua Antônio Pinto, n. 178, Ed. Themis, sala. 3	Antonio Carlos Zucolotto Júnior 49 3533 2378
Xanxerê	43 ^a	Travessa Ernesto Carmelli, n. 55, Sala - Centro	Clóvis Menegazzo Rodrigues 49 3433 5056
Xaxim	48 ^a	Rua Rio Grande, n. 653 - Centro	Marcos Correa Vieira 49 3353 1358

• ITEM 7 - REGIÃO 7

Município	Zona Eleitoral	Endereço	Contato
Anchieta	Posto de Atendimento	Avenida Anchieta, s/n - Centro	Alex das Graças Gonçalves 49 3621 1016
Campo Erê	69 ^a	Rua Osvaldo Dário Dall Igna, n. 794, Sala 2 - Centro	Adair Gonçalves da Cunha 49 3655 1225
Cunha Porã	Posto de Atendimento	Rua Benjamin Constant, n. 972, Centro	Fátima Lourdes Burille Schneider 49 3365 3504
Dionísio Cerqueira	50 ^a	Avenida Washington Luiz, n. 775 - Centro	Talita Alves Pereira de Vêras 49 3644 0446
Itapiranga	65 ^a	Rua São Bonifácio, n. 280, Sala 01 - Centro	Bruno Lopes Marroni 49 3677 0207
Maravilha	58 ^a	Avenida Anita Garibaldi, n. 1012, Sala 01 - Centro.	Mariana Machado Piccolo Flemming 49 3664 0856
Modelo	83 ^a	Rua XV de Novembro, 476 - 89872-000	Fatima Lourdes Burille Schneider 49 3365 3504
Mondaí	Posto de Atendimento	Rua Aurora, n. 138, Fórum, Centro.	Clair Teresinha Pagel 49 3647 0539
Palmitos	41 ^a	Rua Visconde do Rio Branco, n. 932, Sala 2	Clair Teresinha Pagel 49 3647 0539
Pinhalzinho	66 ^a	Avenida Capitão Anizio, n. 1.037	Greyce Mariana Laske

		- Centro	Mahl 49 3366 1822
Quilombo	78ª	Av. Coronel Ernesto Bertaso, n. 1300, sala 5, Ed. Dom Victório - Centro	Najua Juma Ismail Esh Shami 49 3346 3361
São Carlos	70ª	Rua La Salle, n. 228 - Centro	Everton Hetzel 49 3325 4038
São Domingos	Posto de Atendimento	Rua Rui Barbosa, n. 325, sala 1, térreo – Centro	Orlando Carlos Almeida Vairich 49 3344 1255
São José do Cedro	Posto de Atendimento	Rua Alcides Volkweis, n. 70, Sala 2	Talita Alves Pereira de Vêras 49 3644 0446
São Lourenço do Oeste	49ª	Rua Rui Barbosa, n. 830, térreo – Centro	Orlando Carlos Almeida Vairich 49 3344 1255
São Miguel do Oeste	45ª e 82ª	Rua Marquês do Herval, n. 977	Ângelo Eidt Pasquali 49 3621 0886 Alex das Graças Gonçalves 49 3621 1016

Observação: Quando da instalação das persianas, confirmar com a Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESO o endereço atualizado do local. Não haverá mudança de município-sede.

2.8. Parcelamento e Adjudicação

A adjudicação será por grupo de itens, ou seja, pelas regiões dos imóveis ocupados pelo TRESO no Estado de Santa Catarina:

Id.	Item (Bem/Serviço)	Forma de Parcelamento	Justificativa
1	Região 01	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.
2	Região 02	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.
3	Região 03	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.
4	Região 04	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.
5	Região 05	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.
6	Região 06	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.
7	Região 07	Por item	Probabilidade de haver fornecedor regional.

2.9. Seleção do Fornecedor

Será selecionada a empresa que atender a todos os critérios de habilitação, oferecer produtos conforme especificado e apresentar a proposta de menor preço.

2.9.1. Critérios de Habilitação

Conforme exigências do edital.

2.9.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate deverão obedecer à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n.123/2006.

2.10. Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão Eletrônico, tipo menor preço.

2.11. Impacto Ambiental

Os serviços de instalação de persianas poderão gerar poeira e resíduos, problemas que deverão

ser minimizados pela adequada remoção e destinação do entulho.

Os resíduos de construção e demolição devem ser recolhidos por empresa licenciada e descartados em local autorizado pela Prefeitura dos municípios.

2.12. Conformidade Técnica

As normas técnicas a serem atendidas pela solução buscada estão elencadas a seguir:

- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.

2.13. Obrigações da Proponente

Recomenda-se à empresa proponente realizar visita técnica no local onde será prestado o serviço.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser previamente agendada por meio dos contatos elencados no item 2.7.

A visita técnica deve ser:

- Realizada pelo responsável indicado pela empresa para os serviços;
- Acompanhada por representante do TRE-SC, designado para esse fim.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento dos locais da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.14. Obrigações da Contratante

- Os serviços serão executados de segunda a sexta-feira, das 7 às 17 horas;
- O material da obra deverá ser armazenado nos limites dos imóveis, em local previamente autorizado pela Fiscalização do Contrato.
- Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório;
- Promover, por meio de seu representante, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura ou seu substituto em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, a fiscalização das persianas nos imóveis do prédio-sede, anexos, depósito de urnas e Almoxarifado; e o Chefe de Cartório ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, a fiscalização das persianas nos cartórios eleitorais.

2.15. Obrigações da Contratada

2.15.1. A empresa contratada deverá visitar o local de execução dos serviços para conferência das medidas e conhecimento das condicionantes do projeto;

2.15.2. Entregar e instalar os produtos no local indicado neste Projeto Básico. Os serviços serão conferidos pelo Fiscal do Contrato. Constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir o produto e/ou refazer o serviço, no prazo máximo de 10 (dez) dias;

2.15.3. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição do produto e/ou refazimento do serviço, de que trata o item 2.15.2, não interromperá a multa por atraso prevista na licitação;

2.15.4. Correrão à conta do licitante vencedor todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço, conforme previsto no item 2.15.2.

2.15.5. Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços;

2.15.6. Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos;

2.15.7. Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18;

2.15.8. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de execução dos serviços, bem como por aqueles provocados em virtude dos serviços executados e equipamentos empregados;

2.15.9. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, materiais, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços;

2.15.10. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem;

2.15.11. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESC;

2.15.12. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

2.16. Custo estimado da contratação

Conforme planilha a ser elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

- Persianas verticais em PVC, na cor branca;
- Sincronização automática e giro de 180º das lâminas;
- Lâminas de 90 mm (noventa milímetros) de largura;
- Trilhos em alumínio anodizado, com pintura na cor branca, de seção 4,5 cm (quatro vírgula cinco centímetros) de largura por 3,5cm (três vírgula cinco centímetros) de altura;
- Correntes de base em PVC tipo bola;
- Comandos em nylon e PVC;
- Carrinhos de polipropileno.

3.2. Execução e Gestão do Contrato

3.2.1. Fiscalização:

O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura ou seu substituto (referente à fiscalização das persianas nos imóveis do prédio-sede, anexos, depósito de urnas e Almoxarifado); e de Chefe de Cartório ou seu substituto (referente à fiscalização das persianas nos imóveis dos cartórios) ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

Ao Gestor, fica assegurado o direito de:

- Exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes do Projeto Básico;
- Rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada;
- Solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar modificações de prazo ou de condições contratuais.

O acompanhamento de que trata o subitem 3.2 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste edital.

Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução do objeto deverão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC, pelo telefone (48) 3251-3770, ramais 3818 ou 3750, das 13h às 19h.

3.2.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

O prazo de entrega e instalação será de no máximo 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento, pelo licitante vencedor, da Nota de Empenho emitida pelo TRE-SC.

3.2.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

3.2.4. Prazos de Garantia

A garantia dos produtos e serviços deverá ser de, no mínimo, 5 anos.

3.2.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Engenharia e Arquitetura ou seu substituto (referente à fiscalização das persianas nos imóveis do prédio-sede, anexos, depósito de urnas e Almoxarifado), pelo telefone (48) 3251-3700, ramais 3770, 3818 ou 3750; e função de Chefe de Cartório ou seu substituto (referente à fiscalização das persianas nos imóveis dos cartórios).

3.2.6. Recebimento Provisório e Definitivo

3.2.6.1. O recebimento definitivo dar-se-á em até:

- a) 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); ou
- b) 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, para o(s) item(ns) cujo valor total ficar acima de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

3.2.7. Pagamento

3.2.7.1. O pagamento será feito em favor da Contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

3.2.7.1.2. O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total ficar igual ou abaixo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); e
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total for superior a R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

3.2.7.2. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.8. Penalidades

3.2.8.1. Se a licitante descumprir as condições da licitação ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas Leis n. 10.520/2002 e 8.666/1993 e no Decreto n. 5.450/2005.

3.2.8.2. O licitante ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) cometer fraude fiscal;
- b) apresentar documento falso;
- c) fizer declaração falsa;
- d) comportar-se de modo inidôneo;
- e) não assinar o contrato no prazo estabelecido;
- f) deixar de entregar a documentação exigida no certame;
- g) não manter a proposta; e
- h) não entregar a amostra de produto ofertado.

3.2.8.3. Para os fins do contido na alínea “d” do subitem 3.2.8.2, reputar-se-ão inidôneos atos

como os descritos nos artigos 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei n. 8.666/1993 e a apresentação de amostra falsificada ou deteriorada.

3.2.8.4. Para os casos não previstos no subitem 3.2.8.2, poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial deste Pregão, as seguintes penalidades:

- a)** advertência;
- b)** no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- c)** no caso de inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado;
- d)** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e)** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

3.2.8.5. As sanções estabelecidas no subitem 3.2.8.2 e na alínea “e” do subitem 3.2.8.4 são de competência do Presidente do TRESA.

3.2.8.6. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços de instalação sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,5% (meio por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado para a execução do(s) serviço(s).

3.2.8.7. O atraso superior a 30 (trinta) dias será considerado inexecução total do contrato.

PREGÃO N. 039/2018

ANEXO II

PLANILHA DE CUSTOS*

* Valores em Real (R\$)

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	CUSTO ESTIMADO UNITÁRIO
1	Região 1	200	m ²	55,00
2	Região 2	200	m ²	55,00
3	Região 3	200	m ²	55,00
4	Região 4	200	m ²	55,00
5	Região 5	200	m ²	55,00
6	Região 6	200	m ²	55,00
7	Região 7	200	m ²	55,00

- Planilha elaborada em 7 de março de 2018.

PREGÃO N. 039/2018

ANEXO III

INTENÇÃO DE PARTICIPAR DO CADASTRO DE RESERVA

..... (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o n., licitante no PREGÃO ELETRÔNICO n. 039/2018, promovido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, por meio de seu representante, Sr(a)....., R.G. n., aceita fazer parte do cadastro de reserva do ITEM e fornecer o objeto ao preço da respectiva proposta vencedora.

Florianópolis, de de 2018.
